

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2018**  
**(Processo Administrativo n.º 23081.046361/2017-00)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, por meio do DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, sediada na Av. Roraima, 1.000, Bairro Camobi, em Santa Maria/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 16/04/2018

Horário: 09 HORAS

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de Professor de Nível Médio na Educação Infantil (CBO 3311-05), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na ação 20RK, LOA 2018.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- d) que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- e) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- f) Sociedades Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.
- g) **Nota explicativa:** A proibição da participação de sociedades cooperativas na contratação de serviços continuados com disponibilização de mão de obra é a regra.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.a.1 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
  - e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
  - f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) *valor total mensal e total anual do item, em reais, abrangendo todo o objeto licitado, constante no Termo de Referência, em anexo o presente edital, considerando todos os custos e obrigações para a execução dos serviços, acrescida dos respectivos encargos sociais e obrigatórios e todos os materiais que incidirem sobre o objeto da presente licitação, constantes no Termo de Referência, conforme detalhado no anexo ao presente edital.*

b) Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência, contendo ainda, entre outras, as seguintes informações:

*5.6.b.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;*

*5.6.b.2. A quantidade de que será alocado na execução contratual.*

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

a) A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto

da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da homologação do presente pregão.

## 6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

a) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

b) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

a) O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total *do item*.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

a) O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12. O Critério de julgamento adotado será **o menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor**, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

7.2.1 contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3 apresentar preço final superior **ao preço máximo fixado**, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.3.1 Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

a) comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se

referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

*7.2.3.2 A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foram utilizadas as seguintes convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.*

*7.2.3.2.1 Considera-se como base de cálculo para definição salarial o valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais, estabelecida pela lei nº 11.738, de 16/07/2008, atualizado, anualmente, no mês de janeiro.*

*7.3 O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante.*

*7.4 A remuneração dos profissionais, a constar na planilha de custos e formação de preços da contratada, deve ser, no mínimo, equivalente ao piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica para o exercício de 2018 (portaria nº 1.595, de 28/12/2017).*

7.5 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.6 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.8 O Pregoeiro convocará o licitante para enviar a planilha de formação de preços devidamente preenchida, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo para o envio da planilha, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

7.8.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.8.4 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado

em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

7.8.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.8.5.1 Considera-se, também, erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

7.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.11.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **8 DA HABILITAÇÃO**

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu **sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

**8.3 Habilitação jurídica:**

8.3.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

8.3.2 em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.3.3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.3.4 inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.3.5 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.3.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.4.6** prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.4.7** caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a



apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.8 caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **8.5 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.5.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.5.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.5.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.5.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

8.5.4.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo R\$ 132.312,85 (cento e trinta e dois mil, trezentos e doze reais e oitenta e cinco centavos), tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

8.5.4.2 Comprovação de patrimônio líquido de R\$ 79.419,48 (setenta e nove mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos), por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.5.4.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E da IN 05/2017, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos

firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

8.5.4.4 a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

8.5.4.5 quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

8.6 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.6.1 Prova de inscrição no CRA – Conselho Regional de Administração do administrador responsável pela empresa, em plena validade;

8.6.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.6.2.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.6.2.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.6.2.3 Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.6.2.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.6.2.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.6.3 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior

a 3 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

*8.6.4 Declaração de que instalará escritório ou indicar um representante na cidade de S, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial, escritório ou representante no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.*

**8.7 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:**

*8.7.1 Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local onde os serviços serão prestados, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com esta Universidade.*

8.7.1.1. Caso opte por vistoriar o local, a visita deverá ser agendada, com antecedência, em horário comercial pelo telefone (55) 3220-8549 ou (55) 3220-8110, com a Sr<sup>a</sup>. Viviane Ache Cancian ou Débora Teixeira de Melo.

8.7.1.2. O prazo para as visitas encerrar-se-á às 17:00 horas do dia **23/03/2018**.

8.8 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a fase de aceitação, sob pena de decair do direito à habilitação. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação pelo e-mail [licita@ufsm.br](mailto:licita@ufsm.br). Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da homologação do pregão.

8.8.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPDG nº 2, de 11.10.10.

8.9. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.9.1. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas

como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.12. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 10 DOS RECURSOS

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no **mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 11 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

12.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de

suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

12.2 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

12.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.3.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

12.3.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.3.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.3.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

12.4 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

12.5 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

12.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.7 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.8 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.9 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no item 1.2, 'c', do anexo VII-B da IN SLTI/MPDG nº 05, de 2017, observada a legislação que rege a matéria.

12.10 Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

12.11 Será considerada extinta a garantia:

12.11.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.11.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

### **13 DO TERMO DE CONTRATO**

13.1 Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

13.2 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.2.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.4 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

### **14 DA REPACTUAÇÃO**

14.1 As regras acerca da repactuação do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

14.2 Para fins de reequilíbrio contratual, o reajuste não poderá exceder ao valor (percentual) do reajuste anual aplicado no Piso Nacional do Magistério público da educação básica, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, cujo índice e novo valor do piso é divulgado anualmente pelo MEC (Ministério da Educação).

### **15 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

### **16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

16.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

16.2 O valor da remuneração a ser paga aos terceirizados pela contratada não poderá ser inferior ao Piso Nacional do Magistério público da educação básica, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, divulgado pelo Ministério da Educação anualmente.

### **17 DO PAGAMENTO**

17.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

17.3 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas na IN SEGES/MPDG Nº 05/2017;

17.4 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.5 No mesmo prazo, o fiscal administrativo deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.6 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.7 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.8 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.9 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.10 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

17.11 Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

17.11.1 Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.12 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.13 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.16 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



17.18 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber:

17.19.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.20 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 18 DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

18.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MPDG N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 são as estabelecidas no presente Edital.

18.2. A CONTRATADA deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das

demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

18.3. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

18.3.1. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

18.3.1.1. 13º (décimo terceiro) salário;

18.3.1.2. Férias e um terço constitucional de férias;

18.3.1.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

18.3.1.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

18.3.1.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

18.3.2. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a UFSM e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

18.3.3. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

18.3.4. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

18.3.5. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

18.3.5.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

18.3.5.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

18.3.5.3. A empresa deverá apresentar a UFSM, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

18.3.6. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2. apresentar documentação falsa do certame licitatório;
- 19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5. não mantiver a proposta;
- 19.1.6. cometer fraude fiscal;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 19.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 19.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação poderá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: [pregao@ufsm.br](mailto:pregao@ufsm.br).
- 20.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.7.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 21.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)** e **[site.ufsm.br](http://site.ufsm.br)** e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Prédio da Administração Central, 6º andar, sala 657, Campus da UFSM, Av. Roraima 1.000, Bairro Camobi, Santa Maria/RS, nos dias úteis, no horário das 7:30 horas às 13:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.10. Para a participação deste certame, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste certame, ou de outra forma que não relacionada a este certame, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 21.11. O resultado desta Licitação estará disponível, após a homologação, no sítio <http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Resultado/conreli00.asp> e na página da UFSM, no endereço <http://coral.ufsm.br/demapa/index.php/licitacoes/resultado>.
- 21.12. As cópias originais ou autenticadas dos documentos solicitados no presente edital deverão ser remetidas para o seguinte endereço:
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CNPJ : 95.591.764/0001-05  
Departamento de Material de Patrimônio  
Ed. Administração Central, 6º andar, sala 666  
CEP: 97105-900, Campus Universitário – Bairro Camobi  
Santa Maria, RS
- 21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.13.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 21.13.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 21.13.3. ANEXO III - Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 21.13.4. ANEXO IV - Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto (conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017);
- 21.13.5. ANEXO V – Modelo de Termo de Vistoria; (quando for o caso)
- 21.13.6. ANEXO VI – Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira;
- 21.13.7. ANEXO VII –Modelo de Instrumento de Medição de Resultado - IMR Anexo V-B da IN SEGES/MPDG N.5/2017.

Santa Maria, 09 de março de 2018.

JAYME WORST  
Coordenador de Licitações

## **Anexo I - Termo de Referência**

### **1. Introdução e Base Legal**

1.1 O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica, por meio de licitação regida pelo Decreto nº 5.420/2005 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, se constituindo como peça integrante e inseparável do processo licitatório, com o propósito de viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços educacionais de forma continuada, a serem desenvolvidos na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, situada no campus da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

### **2. Objeto**

2.1 Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Professor de nível médio na educação infantil (CBO 3311-05), porém com exigência de formação em nível superior, licenciado para atuar na Educação Infantil, de acordo com as especificidades da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA.

### **3. Justificativa**

3.1 Faz-se necessário a substituição do contrato 87/2012.

3.2 A contratação se dá em função de os serviços serem de natureza continuada, necessários à Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA para o desempenho de suas atribuições. Cabe observar que a interrupção irá comprometer a continuidade de suas atividades. Devido à importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA faz-se necessária a contratação de empresa, em caráter emergencial, uma vez que a Unidade não dispõe de recursos humanos suficientes.

3.3 Os serviços contratados serão prestados na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, unidade de ensino, de pesquisa e de extensão, de natureza pública, de função gratuita, com trabalho socialmente referenciado, mantida pela União, que integra o Sistema Federal de Ensino, fundada nos princípios da Educação Infantil como um direito de todas as crianças e um dever do Estado.

3.4 A Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA tem por finalidade atender crianças na faixa etária compreendida entre 4 meses a seis anos, distribuídas em 7 turmas: 7 turmas no turno da manhã, 7 turmas no turno da tarde, enfim, 7 turmas em turno integral em horário interrupto das 8 às 17 horas, ressaltando que há crianças com deficiência em todas as turmas, com vistas à promoção do desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: físico, motor, social, cognitivo, afetivo e moral, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Unidade, considerando a indissociabilidade entre o cuidar e o educar.

3.5 A Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, além de educar as crianças, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se em um espaço de formação profissional onde são produzidos e socializados conhecimentos científicos relativos à diversidade de formação proposta pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. A Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, além de ser um espaço para realização de pesquisas e promoção de atividades de extensão na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, também é espaço de realização de estágios curriculares e extracurriculares para diversos alunos dos cursos da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (Pedagogia, Educação Especial, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Teatro, Licenciatura em Música, Terapia Ocupacional, Psicologia, Licenciatura em Educação Física, Nutrição entre outros) e de outras instituições de ensino. Além disso, recebe visitação de alunos e profissionais de vários municípios, realizando atividades de extensão e constituindo-se como espaço formativo que congrega a formação inicial e continuada de professores, no qual são produzidos e socializados conhecimentos científicos.

3.6 Ressalta-se que a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA necessita de pessoal especializado que possa realizar com qualidade a prestação de serviços às crianças e suas famílias, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelos docentes e técnicos da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Neste contexto os serviços a serem prestados requerem que os profissionais ali atuantes tenham o mínimo de rotatividade possível, pois, trabalhar com crianças e, principalmente bebês, requer uma equipe coesa e que trabalhe com grande responsabilidade. Tal atividade pressupõe que os funcionários mantenham sigilo de informações e muito diálogo entre a equipe. É indispensável mantermos a segurança de todas as crianças que freqüentam essa instituição considerando sua segurança física, emocional e psicológica.

#### **4. Local da Prestação dos Serviços e dos Postos**

4.1 Os serviços objeto desta licitação serão prestados na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, assim discriminados na Tabela 1:

Tabela 1: Postos de Serviços

Item	Quantidade Estimada	Descrição	Valor de Referência Total anual
1	10	Contratação de Empresa terceirizada para prestação de serviços de Professor de nível médio na educação infantil (CBO 3311-05), porém com exigência de formação em nível superior, licenciado para atuar na Educação Infantil, de acordo com as especificidades da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, sendo 10 (dez) postos, com 1 (um)	R\$

		empregado por posto, totalizando 10 (dez) empregados com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sem reposição de férias.	
--	--	--	--

## **5. Descrição do Cargo conforme o Código Brasileiro de Ocupações, Carga Horária, Quantidade de Postos e Qualificação Profissional**

### **5.1 CBO: Professor de nível médio na Educação Infantil - CBO nº 3311-05**

**5.2 Descrição sumária:** Ensinam e cuidam de alunos na faixa de zero a seis anos; orientam a construção do conhecimento; elaboram projetos pedagógicos; planejam ações didáticas e avaliam o desempenho dos alunos; preparam material pedagógico; organizam o trabalho no desenvolvimento das atividades, mobilizam um conjunto de capacidades comunicativas.

**5.3 Atividades específicas:** a prestação dos serviços do Professor na Educação Infantil nos postos fixados pela Contratante envolve a alocação, pela Contratada, de mão-de-obra capacitada para auxiliar os Professores de Educação Básica, Técnica e Tecnológica - EBTT e profissionais responsáveis pela gestão pedagógica e administrativa, atuar no desenvolvimento de atividades que viabilizam o trabalho pedagógico coletivo junto às crianças atendidas e suas respectivas famílias, na implementação, execução e avaliação do projeto político pedagógico da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, facilitando o processo comunicativo de toda a comunidade usuária desta Unidade além de responsabilizar-se por apoiar o desenvolvimento das atividades de ensino realizadas por docentes e técnicos da Unidade de forma a atender todos os usuários desta Unidade devendo:

- a. - Respeitar as proposições, definições e assegurar o cumprimento do projeto político pedagógico da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA;
- b. - Desenvolver as atividades com as crianças, de acordo com a rotina diária de cada sala, responsabilizando-se pelo cuidado e educação destas durante o período em que se encontram na instituição;
- c. - Assegurar que as crianças tenham suas necessidades básicas de alimentação, higiene e repouso atendidas de forma adequada;
- d. - Proporcionar um ambiente em que a criança tenha oportunidade de participar ativamente de todas as atividades propostas, priorizando o desenvolvimento da autonomia de cada criança;
- e. - Disponibilizar informações sobre o dia a dia da criança na UEIIA;
- f. - Auxiliar a professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT - responsável pela turma na elaboração do planejamento semanal, semestral e



anual de atividades a serem desenvolvidas, visando o desenvolvimento integral da criança e privilegiando a integração das ações de cuidar educar;

- g. - Auxiliar a professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT - responsável pela turma nos registros e avaliação do desenvolvimento e aprendizagem das crianças;
- h. - Participar de reuniões pedagógicas, oficinas, seminários, encontros, palestras e reuniões de estudo que visem a qualificação profissional;
- i. - Participar de atividades integradoras e eventos que envolvam a Unidade.

#### **5.4 Carga horária:** 40 horas semanais

Para atendimento às necessidades de atividades da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, essas 40 horas semanais não poderão ser distribuídas em 8 horas diárias de trabalho, deverão ser distribuídas da seguinte forma: de segunda a sexta-feira serão cumpridas 39 horas pois, 1 hora semanal será cumulativa e cumprida no 1º ou 2º sábado do mês, de acordo com calendário letivo, para atividades de formação. Ressalta-se que, eventualmente, quando houver a realização de sábados letivos, a carga horária semanal será reduzida durante a semana para cumprimento de carga horária no sábado letivo de acordo com programação da Direção e Coordenação Pedagógica sendo informado à Contratada.

5.5 Considerando que o calendário da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA acompanha o calendário letivo da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, não haverá provisão de reposição de funcionários para o período de férias, pois as mesmas deverão ser concedidas durante o período de recesso escolar, coletivamente, divididas em dois períodos: 20 dias entre os meses de janeiro e fevereiro e 10 dias no mês de julho, salvo em situações de reposição de aulas por motivo de greve e paralisações, esses meses de férias poderão ser alterados. Diante do exposto, considerando que não haverá substituição de profissionais no período de férias, ressalta-se que não deverá constar na planilha de formação de preços valores referentes a esta substituição.

#### **5.6 Quantidade de postos:** 10

**5.7 Qualificação profissional:** considerando as especificidades da Unidade, que além de atender crianças na faixa etária de 4 meses a 6 anos, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, recebendo alunos de diferentes cursos e licenciaturas que fazem inserção nas turmas através de pesquisas, extensão, observações, estágios curriculares e extra curriculares; e, além disso, recebe visitação de alunos e profissionais de vários municípios, realizando atividades de extensão e constituindo-se como espaço formativo que congrega a formação inicial e continuada de professores, no qual são produzidos e socializados conhecimentos científicos; os profissionais indicados

pela Contratada para a prestação dos serviços devem ter formação em nível superior, licenciado para atuar na Educação Infantil.

**5.8 Remuneração:** A base de cálculo para definição salarial terá como referência o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas, estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 sendo atualizado, anualmente, no mês de janeiro.

## **6. Relógio de Ponto Biométrico**

6.1 A CONTRATADA deverá fornecer 01 (um) relógio biométrico digital, homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a ser instalado no prédio da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA a fim de exercer, diariamente, o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por meio de registro obrigatório, devendo mantê-lo em perfeitas condições de uso.

6.2 Em caso de ocorrências de danos no equipamento, a CONTRATADA deverá repará-lo ou substituí-lo em até 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação da CONTRATANTE por correio eletrônico.

## **7. Supervisão e Acompanhamento dos Serviços**

7.1 Dentre as diversas funções de acompanhamento e supervisão a serem exercidas, pode-se destacar: verificação da qualidade do trabalho executado; agilidade na execução das tarefas; o compromisso com a solução definitiva dos problemas identificados e a pontualidade na prestação dos serviços, dentre outras.

7.2 Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão exercícios diretamente pela CONTRATADA para seus níveis operacionais, a CONTRATANTE exercerá a supervisão e acompanhados da execução do contrato e dos serviços prestados, utilizando um servidor(es) da própria CONTRATANTE designado(s) para este fim.

## **8. Obrigações da Contratada**

Cabe a CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

8.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

8.2 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas CTPS;

8.3 Responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, equipamentos de proteção individual - EPI e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

8.4 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

8.5 Prestar serviço com eficiência e qualidade e atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da contratação;

8.6 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

8.7 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

8.8 Apresentar, sempre que solicitada pela Administradora da CONTRATANTE, os comprovantes dos seguintes fatos: pagamento de salários e benefícios dos empregados; recolhimento dos encargos sociais, regularidade junto ao Ministério do Trabalho - Delegacia Regional do trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de empregados e Desempregados - CAGED, nos termos da Lei nº 4.923/65); cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos no período; documentação rescisória completa e recibos de pagamentos dos empregados demitidos no período;

8.9 Prover os Equipamentos de Proteção Individual - EPI necessários, de acordo com a legislação vigente.

8.10 Manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação, qualquer empregado cuja conduta seja tida como inconveniente pela Administração.

8.11 Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidente de trabalho, responsabilizando-se também por todas as obrigações decorrentes da execução contratual, incluindo materiais, mão-de-obra, locomoção, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidos, relativamente à execução dos serviços e aos empregados;

8.12 Manter durante toda a execução dos serviços as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal,

Justiça Trabalhista, Carteiras Profissionais devidamente registradas, apresentando os respectivos comprovantes, sempre que exigidos;

8.13 Submeter-se às normas e condições impostas pela CONTRATANTE, quanto ao comportamento, descrição e urbanidade de seus empregados, bem como ao cumprimento dos horários estabelecidos e ao controle de presença e permanência dos empregados em serviço.

8.14 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;

8.15 Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

8.16 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo o acesso ao controle de frequência;

8.17 Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos empregados;

8.18 Providenciar, anualmente, à suas expensas, a renovação dos exames de saúde física e mental do funcionário e apresentar comprovante à CONTRATANTE.

8.19 Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências da CONTRATANTE membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidente), quando exigido pelas normas de segurança do trabalho;

8.20 Manter um preposto à disposição da Unidade em tempo integral, de acordo com o horário de funcionamento da Unidade, não vinculado ao Contrato, aceito pela Administração da UFSM, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

8.20.1 O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, no primeiro dia útil após a assinatura do contrato, para assinar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência;

8.20.2 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados;

8.20.3 A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

8.21 Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro equivalente, que possibilite a consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;

8.22 Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;

8.23 Efetuar o pagamento de salários e demais verbas dos empregados em agência bancária localizada em Santa Maria - RS;

8.24 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;

8.25 Apresentar à Direção da Unidade de Educação Infantil Ipê-Amarelo/UFSM, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.26 Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

8.27 Havendo a prorrogação do contrato após os primeiros 12 meses de execução, e nas demais possíveis renovações, a CONTRATADA deverá organizar escala anual de férias considerando que não haverá provisão de reposição de funcionários para o período de férias pois as mesmas deverão ser concedidas durante o período de recesso escolar, coletivamente, divididas em dois períodos: 20 dias entre os meses de janeiro e fevereiro e 10 dias no mês de julho, salvo em situações de reposição de aulas por motivo de greve e paralisações, esses meses de férias poderão ser alterados.

8.28 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, especialmente com a manutenção da regularidade cadastral junto ao SICAF, sob pena de suspensão dos pagamentos até a devida regularização. Deverá comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

8.29 Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Universidade ou de terceiro de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

8.30 Cumprir fielmente e pontualmente toda a legislação trabalhista, previdenciária, tributária, civil e comercial, especialmente no tocante à execução do contrato que será oriundo deste Termo de Referência, de modo a

evitar demandas judiciais provenientes de responsabilidade subsidiária de tomador de serviços;

8.31 Substituir qualquer funcionário, dando ciência a CONTRATANTE, no caso de falta ou ausência legal, de maneira a não prejudicar o andamento e a boa execução dos serviços, no prazo máximo de 2 (duas) horas do fato gerador;

8.32 Realizar treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.

8.33 Prestar os serviços cumprindo o calendário letivo da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e o calendário de atividades da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA resguardando que todos os serviços serão prestados conforme determinação do gestor deste contrato em consonância com as necessidades de atendimento e funcionamento da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA.

8.34 Possuir matriz, ou filial ou escritório, ou representante em Santa Maria (RS), em até 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do Contrato.

## **9. Das Obrigações Sociais**

É de responsabilidade da CONTRATADA as seguintes obrigações:

9.1. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

9.2. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

9.3. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

9.4. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

9.5. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

9.6. Caso a CONTRADATA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes a salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.

## **10. Das Obrigações Especiais**

### **10.1 São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

- 1) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, durante a vigência do contrato;
- 2) A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e
- 3) A subcontratação de outra empresa para execução do objeto deste edital.

## **11. Obrigações da Contratante**

- 11.1. A CONTRATANTE por meio de servidor designado repassará à empresa CONTRATADA, previamente à execução, as orientações a serem seguidas;
- 11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de um servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;
- 11.3. Alocar os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato conforme especificado no edital;
- 11.4. Receber, conferir e atestar as notas fiscais / documentos de cobrança, acompanhadas de cópia dos comprovantes de depósito de pagamento de salários, férias, benefícios, relatório eletrônico da Folha de Ponto, recolhimento do Patronal e GPS, a GFIP emitida por tomador de serviço, etc. Os documentos deverão ser correspondentes aos mês da última competência vencida e compatível com o efetivo declarado;
- 11.5. Exigir, sempre que necessário e/ou quando da inclusão de novos funcionários, a respectiva Carteira Profissional para comprovar o registro da função profissional dos empregados alocados para o serviço;
- 11.6. Verificar e exigir a execução dos serviços estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.7. Promover reuniões com o(s) representante(s) da CONTRATADA definindo procedimentos para o perfeito desenvolvimento dos trabalhos;
- 11.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;
- 11.9. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução do serviço contratado;
- 11.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

## **12. Condições Gerais**

- 12.1. Reserva-se à CONTRATANTE o direito de impugnar a qualquer tempo, aqueles que, a seu juízo, não preencham os requisitos exigíveis para o desempenho dos serviços pertinentes;
- 12.2. A CONTRATANTE convocará o interessado para comparecer a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação para assinatura, munidos dos documentos pessoais e documentos que comprovem ser o representante legal da CONTRATADA, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993;
- 12.3. Quando do início das atividades a CONTRATADA apresentará atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da CONTRATANTE, assim como apresentar planilha resumo devidamente preenchida contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, CPF, data de admissão, função exercida, local de trabalho, salário, gratificações, vale transporte, auxílio alimentação, horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras (modelo Anexo I do Termo de Referência);
- 12.4. A CONTRATADA deve manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.

## **13. Pagamento**

- 13.1 O pagamento será efetuado em consonância com as regras previstas no Anexo XI, da IN nº 05/2017.

## **14. Da Fiscalização Técnica e Administrativa**

- 14.1 Na fiscalização técnica e administrativa dos contratos deverá ser observado o disposto no Anexo VIII, da IN nº 05/2017.

## **15. Planilhas de custos e formação de preços**

- 15.1 Tendo em vista as peculiaridades da contratação ora proposta, faz-se essencial os seguintes esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas empresas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:

- 15.1.1 Para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos de serviços envolvidos na contratação, deverá ser considerado como base de cálculo para definição salarial o piso salarial profissional nacional para



os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas, estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 sendo atualizado, anualmente, no mês de janeiro.

15.1.2 As licitantes deverão, ao apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços, considerar que a base de cálculo para definição salarial terá como referência o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas, estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 sendo atualizado, anualmente, no mês de janeiro.

15.1.2.1 Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.

15.1.3 Cabe a licitante indicar em sua proposta a convenção coletiva de trabalho do Sindicato a que na categoria de trabalhadores estiver vinculada, devendo também fornecer à contratante todas as alterações posteriores que o instrumento coletivo vier a sofrer, enquanto perdurar o contrato.

15.1.4 Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora.

15.1.4.1 Ainda que, em acordo ou convenção coletiva da categoria, haja previsão de reajuste escalonado de salários, a CONTRATADA aplicará aos salários dos empregados que prestarão serviços à UFSM os mesmo índices concedidos na repactuação contratual, independente da data de admissão do empregado nos quadros da CONTRATADA.

15.1.5 A CONTRATADA deverá corrigir os salários de cada empregado conforme estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 que prevê a atualização do piso nacional do magistérios, anualmente, no mês de janeiro.

15.2 A LICITANTE detentora do melhor lance deverá apresentar, quando convocada pelo pregoeiro, as Planilhas de Custos e Formação de Preços, com os respectivos valores, conforme modelo definido na IN 05/2017 as quais serão encaminhadas para o anexo do sistema, no horário estabelecido pelo pregoeiro da UFSM.

15.3 As Planilhas de Custos e Formação de Preços deverão conter todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da licitação, como as relacionadas abaixo, e quaisquer outras que, embora não citadas aqui ou não listadas no modelo de planilha apresentado, venham, efetivamente, a incidir sobre o objeto licitado:

I - A base de cálculo para definição salarial terá como referência o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas, estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 sendo atualizado, anualmente, no mês de janeiro;

II - Valor dos encargos sociais e trabalhistas incidentes, respeitada a legislação pertinente;

III - Custos dos insumos, assim entendidos os custos decorrentes de materiais e equipamentos efetivamente utilizados na prestação dos serviços, bem como de benefícios oferecidos aos empregados, por exemplo, vale-transporte, alimentação, seguro de vida e saúde, etc;

IV - Custos administrativos e lucros, calculados como percentuais aplicados sobre os custos diretos.

15.4. Considerando que o calendário da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA acompanha o calendário letivo da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, não haverá provisão de reposição de funcionários para o período de férias pois as mesmas deverão ser concedidas durante o período de recesso escolar, coletivamente, divididas em dois períodos: 20 dias entre os meses de janeiro e fevereiro e 10 dias no mês de julho, salvo em situações de reposição de aulas por motivo de greve e paralisações, esses meses de férias poderão ser alterados. Diante do exposto, considerando que não haverá substituição de profissionais no período de férias, ressalta-se que não deverá constar na planilha de formação de preços valores referentes a esta substituição.

## **16. Das Sanções Administrativas**

16.1. A CONTRATADA será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da multa de 10 % sobre o valor adjudicado para quaisquer das condutas abaixo e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- 1) Apresentar documentação falsa;
- 2) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 3) Falhar na execução do contrato;
- 4) Fraudar na execução do contrato;
- 5) Comportar-se de modo inidôneo;
- 6) Fizer declaração falsa; e
- 7) Cometer fraude fiscal.

16.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1) advertência;

2) Multa de:

a) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, após o prazo definido no subitem 8.31 deste termo de referência, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) em caso de descumprimento das obrigações assumidas que não estejam compreendidas nas alíneas anteriores, a multa será aplicada de acordo com a gravidade da infração (Tabela 1), fazendo-se a graduação constante na Tabela 2:

**TABELA 01**

	<b>INFRAÇÃO</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
<b>01</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	<b>06</b>
<b>02</b>	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso de fortuito, ou serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	<b>06</b>
<b>03</b>	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	<b>06</b>
<b>04</b>	Permitir a presença de empregado mau apresentado por empregado e por ocorrência;	<b>01</b>
<b>05</b>	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	<b>05</b>
	Para os itens a seguir, deixar de:	
<b>06</b>	Zelar pelas instalações da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM utilizadas, por item e por dia;	<b>03</b>
<b>07</b>	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia;	<b>04</b>
<b>08</b>	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	<b>05</b>
<b>09</b>	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	<b>06</b>

<b>10</b>	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	<b>06</b>
<b>11</b>	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, ou de entregar os vales-transportes e/ou ticket-refeição nas datas avençadas, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia e por ocorrência;	<b>06</b>
<b>12</b>	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência/Edital e seus Anexos não previsto nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	<b>03</b>
<b>13</b>	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência/Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multa, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	<b>04</b>

**TABELA 02**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
<b>01</b>	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
<b>02</b>	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
<b>03</b>	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
<b>04</b>	1,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
<b>05</b>	1,6 % por dia sobre o valor mensal do contrato
<b>06</b>	2,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

## Planilha Resumo de Contrato Administrativo

CPF/RG:

[illegible]

## Anexo II do Termo de Referência

### Planilha de Faturamento de Contrato Administrativo – Serviços Terceirizados

CONTRATO Nº

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Fax/e-mail

Responsável p/ assinatura do Contrato:

CPF/RG:

Nome completo	Admissão	Função	Demissão	Custo unitário	Dias trabalhados	Horas extras	Férias	Licenças	Faltas	Ocorrências	Valor Total
TOTAL FATURADO											

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Fiscal do Contrato: Nome: \_\_\_\_\_ Mat.: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO II

### TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

#### TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM E A EMPRESA .....

A União, por intermédio da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM, com sede na Av. Roraima, nº 1.000, Bairro Camobi, na cidade de Santa Maria/RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 95.591.764/0001-05, neste ato representada pelo Vice-Reitor, Prof. ...., nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .....de..... de 20..., publicada no *DOU* de .....de..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 038/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Professor de Nível Médio na educação infantil (CBO 3311-05), que serão prestados nas condições estabelecidas no Anexo ao Contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 09/05/2018 e encerramento em 08/05/2019, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$...... (.....), perfazendo o valor total de R\$......(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2.1. O valor da remuneração a ser paga aos terceirizados pela contratada não poderá ser inferior ao Piso Nacional do Magistério público da educação básica, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, divulgado pelo Ministério da Educação anualmente.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO**

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da



CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datase diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.12.1. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se especialmente o índice específico, setorial ou geral que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:

6.12.2. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.12.3. as particularidades do contrato em vigência;

6.12.4. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.12.5. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.12.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.13.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.13.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.13.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.18. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

6.19. Para fins de reequilíbrio contratual, o reajuste não poderá exceder ao valor (percentual) do reajuste anual aplicado no Piso Nacional do Magistério público da educação básica, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais, cujo índice e novo valor do piso é divulgado anualmente pelo MEC (Ministério da Educação).

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ ..... (.....), na modalidade de ....., , no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação , observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7.1. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS,, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.2. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## **8. CLÁUSULA OITAVA –REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no anexo ao presente contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no anexo ao presente contrato.

9.2. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.3. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no anexo ao presente contrato.

9.4. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

9.5. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no anexo ao presente contrato.

9.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

9.7. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

9.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.8.3. Indenizações e multas.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – VEDAÇÕES**

10.1. É vedado à CONTRATADA:

10.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

10.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES**

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO**

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

14.1. É eleito o Foro da Justiça Federal da cidade de Santa Maria/RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO LEI Nº. 12.846/2013**

15.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - NEPOTISMO - Decreto 7.203/2010**

16.1. Fica vedado de que familiar de agente público preste serviços na UFSM em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., ..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO N° XXX/2018**

\_\_\_\_\_ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr. \_\_\_\_\_ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **AUTORIZA** o(a) **(UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)**, para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 038/2018:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa **(indicar o nome da empresa)** junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) **(UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal do licitante)

## **Anexo ao contrato XXX/2018**

### **1. Introdução e Base Legal**

1.1 O presente anexo tem como objetivo especificar a contratação de pessoa jurídica, por meio de licitação regida pelo Decreto nº 5.420/2005 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, se constituindo como peça integrante e inseparável do processo licitatório, com o propósito de viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços educacionais de forma continuada, a serem desenvolvidos na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, situada no campus da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

### **2. Objeto**

2.1 Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Professor de nível médio na educação infantil (CBO 3311-05), porém com exigência de formação em nível superior, licenciado para atuar na Educação Infantil, de acordo com as especificidades da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA.

### **3. Justificativa**

3.1 A contratação se dá em função de os serviços serem de natureza continuada, necessários à Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA para o desempenho de suas atribuições. Cabe observar que a interrupção irá comprometer a continuidade de suas atividades. Devido à importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA faz-se necessária a contratação de empresa, em caráter emergencial, uma vez que a Unidade não dispõe de recursos humanos suficientes.

3.2 Os serviços contratados serão prestados na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, unidade de ensino, de pesquisa e de extensão, de natureza pública, de função gratuita, com trabalho socialmente referenciado, mantida pela União, que integra o Sistema Federal de Ensino, fundada nos princípios da Educação Infantil como um direito de todas as crianças e um dever do Estado.

3.3 A Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA tem por finalidade atender crianças na faixa etária compreendida entre 4 meses a seis anos, distribuídas em 7 turmas: 7 turmas no turno da manhã, 7 turmas no turno da tarde, enfim, 7 turmas em turno integral em horário interrupto das 8 às 17 horas, ressaltando que há crianças com deficiência em todas as turmas, com vistas à promoção do desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: físico, motor, social, cognitivo, afetivo e moral, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Unidade, considerando a indissociabilidade entre o cuidar e o educar.

3.4 A Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, além de educar as crianças, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se em um espaço de formação profissional onde são produzidos e socializados conhecimentos científicos relativos à diversidade de formação proposta pela Universidade Federal

de Santa Maria - UFSM. A Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, além de ser um espaço para realização de pesquisas e promoção de atividades de extensão na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, também é espaço de realização de estágios curriculares e extracurriculares para diversos alunos dos cursos da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (Pedagogia, Educação Especial, Licenciatura em Artes Visuais, Licenciatura em Teatro, Licenciatura em Música, Terapia Ocupacional, Psicologia, Licenciatura em Educação Física, Nutrição entre outros) e de outras instituições de ensino. Além disso, recebe visitação de alunos e profissionais de vários municípios, realizando atividades de extensão e constituindo-se como espaço formativo que congrega a formação inicial e continuada de professores, no qual são produzidos e socializados conhecimentos científicos.

3.4 Ressalta-se que a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA necessita de pessoal especializado que possa realizar com qualidade a prestação de serviços às crianças e suas famílias, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelos docentes e técnicos da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Neste contexto os serviços a serem prestados requerem que os profissionais ali atuantes tenham o mínimo de rotatividade possível, pois, trabalhar com crianças e, principalmente bebês, requer uma equipe coesa e que trabalhe com grande responsabilidade. Tal atividade pressupõe que os funcionários mantenham sigilo de informações e muito diálogo entre a equipe. É indispensável mantermos a segurança de todas as crianças que freqüentam essa instituição considerando sua segurança física, emocional e psicológica.

#### **4. Local da Prestação dos Serviços e dos Postos**

4.1 Os serviços objeto desta licitação serão prestados na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, assim discriminados na Tabela 1:

Tabela 1: Postos de Serviços

Item	Quantidade Estimada	Descrição	Valor de Referência Total
1	10	Contratação de Empresa terceirizada para prestação de serviços de Professor de nível médio na educação infantil (CBO 3311-05), porém com exigência de formação em nível superior, licenciado para atuar na Educação Infantil, de acordo com as especificidades da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, sendo 10 (dez) postos, com 1 (um) empregado por posto, totalizando 10 (dez) empregados com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sem reposição de férias.	



## **5. Descrição do Cargo conforme o Código Brasileiro de Ocupações, Carga Horária, Quantidade de Postos e Qualificação Profissional**

### **5.1 CBO: Professor de nível médio na Educação Infantil - CBO nº 3311-05**

**5.2 Descrição sumária:** Ensinam e cuidam de alunos na faixa de zero a seis anos; orientam a construção do conhecimento; elaboram projetos pedagógicos; planejam ações didáticas e avaliam o desempenho dos alunos; preparam material pedagógico; organizam o trabalho no desenvolvimento das atividades, mobilizam um conjunto de capacidades comunicativas.

**5.3 Atividades específicas:** a prestação dos serviços do Professor na Educação Infantil nos postos fixados pela Contratante envolve a alocação, pela Contratada, de mão-de-obra capacitada para auxiliar os Professores de Educação Básica, Técnica e Tecnológica - EBTT e profissionais responsáveis pela gestão pedagógica e administrativa, atuar no desenvolvimento de atividades que viabilizam o trabalho pedagógico coletivo junto às crianças atendidas e suas respectivas famílias, na implementação, execução e avaliação do projeto político pedagógico da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA, facilitando o processo comunicativo de toda a comunidade usuária desta Unidade além de responsabilizar-se por apoiar o desenvolvimento das atividades de ensino realizadas por docentes e técnicos da Unidade de forma a atender todos os usuários desta Unidade devendo:

- j. - Respeitar as proposições, definições e assegurar o cumprimento do projeto político pedagógico da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA;
- k. - Desenvolver as atividades com as crianças, de acordo com a rotina diária de cada sala, responsabilizando-se pelo cuidado e educação destas durante o período em que se encontram na instituição;
- l. - Assegurar que as crianças tenham suas necessidades básicas de alimentação, higiene e repouso atendidas de forma adequada;
- m. - Proporcionar um ambiente em que a criança tenha oportunidade de participar ativamente de todas as atividades propostas, priorizando o desenvolvimento da autonomia de cada criança;
- n. - Disponibilizar informações sobre o dia a dia da criança na UEIIA;
- o. - Auxiliar a professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT - responsável pela turma na elaboração do planejamento semanal, semestral e anual de atividades a serem desenvolvidas, visando o desenvolvimento integral da criança e privilegiando a integração das ações de cuidar educar;
- p. - Auxiliar a professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT - responsável pela turma nos registros e avaliação do desenvolvimento e aprendizagem das crianças;

- q. - Participar de reuniões pedagógicas, oficinas, seminários, encontros, palestras e reuniões de estudo que visem a qualificação profissional;
- r. - Participar de atividades integradoras e eventos que envolvam a Unidade.

#### **5.4 Carga horária:** 40 horas semanais

Para atendimento às necessidades de atividades da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, essas 40 horas semanais não poderão ser distribuídas em 8 horas diárias de trabalho, deverão ser distribuídas da seguinte forma: de segunda a sexta-feira serão cumpridas 39 horas pois, 1 hora semanal será cumulativa e cumprida no 1º ou 2º sábado do mês, de acordo com calendário letivo, para atividades de formação. Ressalta-se que, eventualmente, quando houver a realização de sábados letivos, a carga horária semanal será reduzida durante a semana para cumprimento de carga horária no sábado letivo de acordo com programação da Direção e Coordenação Pedagógica sendo informado à Contratada.

5.5 Considerando que o calendário da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA acompanha o calendário letivo da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, não haverá provisão de reposição de funcionários para o período de férias, pois as mesmas deverão ser concedidas durante o período de recesso escolar, coletivamente, divididas em dois períodos: 20 dias entre os meses de janeiro e fevereiro e 10 dias no mês de julho, salvo em situações de reposição de aulas por motivo de greve e paralisações, esses meses de férias poderão ser alterados. Diante do exposto, considerando que não haverá substituição de profissionais no período de férias, ressalta-se que não deverá constar na planilha de formação de preços valores referentes a esta substituição.

#### **5.6 Quantidade de postos:** 10

**5.7 Qualificação profissional:** considerando as especificidades da Unidade, que além de atender crianças na faixa etária de 4 meses a 6 anos, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, recebendo alunos de diferentes cursos e licenciaturas que fazem inserção nas turmas através de pesquisas, extensão, observações, estágios curriculares e extra curriculares; e, além disso, recebe visitação de alunos e profissionais de vários municípios, realizando atividades de extensão e constituindo-se como espaço formativo que congrega a formação inicial e continuada de professores, no qual são produzidos e socializados conhecimentos científicos; os profissionais indicados pela Contratada para a prestação dos serviços devem ter formação em nível superior, licenciado para atuar na Educação Infantil.

**5.8 Remuneração:** A base de cálculo para definição salarial terá como referência o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas, estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 sendo atualizado, anualmente, no mês de janeiro.

### **6. Relógio de Ponto Biométrico**

6.1 A CONTRATADA deverá fornecer 01 (um) relógio biométrico digital, homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a ser instalado no prédio da Unidade de

Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA a fim de exercer, diariamente, o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por meio de registro obrigatório, devendo mantê-lo em perfeitas condições de uso.

6.2 Em caso de ocorrências de danos no equipamento, a CONTRATADA deverá repará-lo ou substituí-lo em até 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação da CONTRATANTE por correio eletrônico.

## **7. Supervisão e Acompanhamento dos Serviços**

7.1 Dentre as diversas funções de acompanhamento e supervisão a serem exercidas, pode-se destacar: verificação da qualidade do trabalho executado; agilidade na execução das tarefas; o compromisso com a solução definitiva dos problemas identificados e a pontualidade na prestação dos serviços, dentre outras.

7.2 Independente dos sistemas de acompanhamento e supervisão exercícios diretamente pela CONTRATADA para seus níveis operacionais, a CONTRATANTE exercerá a supervisão e acompanhados da execução do contrato e dos serviços prestados, utilizando um servidor(es) da própria CONTRATANTE designado(s) para este fim.

## **8. Obrigações da Contratada**

Cabe a CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

8.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

8.2 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas CTPS;

8.3 Responder, nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, equipamentos de proteção individual - EPI e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

8.4 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE.

8.5 Prestar serviço com eficiência e qualidade e atender prontamente quaisquer exigências do representante da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da contratação;

8.6 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo,

durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

8.7 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo à reclamações formuladas;

8.8 Apresentar, sempre que solicitada pela Administradora da CONTRATANTE, os comprovantes dos seguintes fatos: pagamento de salários e benefícios dos empregados; recolhimento dos encargos sociais, regularidade junto ao Ministério do Trabalho - Delegacia Regional do trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de empregados e Desempregados - CAGED, nos termos da Lei nº 4.923/65); cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos no período; documentação rescisória completa e recibos de pagamentos dos empregados demitidos no período;

8.9 Prover os Equipamentos de Proteção Individual - EPI necessários, de acordo com a legislação vigente.

8.10 Manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação, qualquer empregado cuja conduta seja tida como inconveniente pela Administração.

8.11 Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidente de trabalho, responsabilizando-se também por todas as obrigações decorrentes da execução contratual, incluindo materiais, mão-de-obra, locomoção, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidos, relativamente à execução dos serviços e aos empregados;

8.12 Manter durante toda a execução dos serviços as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Justiça Trabalhista, Carteiras Profissionais devidamente registradas, apresentando os respectivos comprovantes, sempre que exigidos;

8.13 Submeter-se às normas e condições impostas pela CONTRATANTE, quanto ao comportamento, discricção e urbanidade de seus empregados, bem como ao cumprimento dos horários estabelecidos e ao controle de presença e permanência dos empregados em serviço.

8.14 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;

8.15 Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

8.16 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo o acesso ao controle de frequência;

8.17 Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos empregados;

8.18 Providenciar, anualmente, à suas expensas, a renovação dos exames de saúde física e mental do funcionário e apresentar comprovante à CONTRATANTE.

8.19 Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los, bem como manter nas dependências da CONTRATANTE membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidente), quando exigido pelas normas de segurança do trabalho;

8.20 Manter um preposto à disposição da Unidade em tempo integral, de acordo com o horário de funcionamento da Unidade, não vinculado ao Contrato, aceito pela Administração da UFSM, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

8.20.1 O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, no primeiro dia útil após a assinatura do contrato, para assinar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência;

8.20.2 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados;

8.20.3 A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

8.21 Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro equivalente, que possibilite a consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;

8.22 Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;

8.23 Efetuar o pagamento de salários e demais verbas dos empregados em agência bancária localizada em Santa Maria - RS;

8.24 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;

8.25 Apresentar à Direção da Unidade de Educação Infantil Ipê-Amarelo/UFSM, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.26 Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

8.27 Havendo a prorrogação do contrato após os primeiros 12 meses de execução, e nas demais possíveis renovações, a CONTRATADA deverá organizar escala anual de férias considerando que não haverá provisão de reposição de funcionários para o período de férias pois as mesmas deverão ser concedidas durante o período de recesso escolar, coletivamente, divididas em dois períodos: 20 dias entre os meses de janeiro e fevereiro e 10 dias no mês de julho, salvo em situações de reposição de aulas por motivo de greve e paralisações, esses meses de férias poderão ser alterados.

8.28 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, especialmente com a manutenção da regularidade cadastral junto ao SICAF, sob pena de suspensão dos pagamentos até a devida regularização. Deverá comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

8.29 Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Universidade ou de terceiro de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

8.30 Cumprir fielmente e pontualmente toda a legislação trabalhista, previdenciária, tributária, civil e comercial, especialmente no tocante à execução do contrato que será oriundo deste Termo de Referência, de modo a evitar demandas judiciais provenientes de responsabilidade subsidiária de tomador de serviços;

8.31 Substituir qualquer funcionário, dando ciência a CONTRATANTE, no caso de falta ou ausência legal, de maneira a não prejudicar o andamento e a boa execução dos serviços, no prazo máximo de 2 (duas) horas do fato gerador;

8.32 Realizar treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.

8.33 Prestar os serviços cumprindo o calendário letivo da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e o calendário de atividades da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA resguardando que todos os serviços serão prestados conforme determinação do gestor deste contrato em consonância com as necessidades de atendimento e funcionamento da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA.

8.34 Possuir matriz, ou filial ou escritório, ou representante em Santa Maria (RS), em até 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do Contrato.

## **9. Das Obrigações Sociais**

É de responsabilidade da CONTRATADA as seguintes obrigações:

- 9.7. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 9.8. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 9.9. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 9.10. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- 9.11. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.
- 9.12. Caso a CONTRADATA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas os valores referentes a salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.

## **10. Das Obrigações Especiais**

10.1 São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- 1) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, durante a vigência do contrato;
- 2) A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e
- 3) A subcontratação de outra empresa para execução do objeto deste edital.

## **11. Obrigações da Contratante**

- 11.11. A CONTRATANTE por meio de servidor designado repassará à empresa CONTRATADA, previamente à execução, as orientações a serem seguidas;
- 11.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de um servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;
- 11.13. Alocar os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato conforme especificado no edital;

- 11.14. Receber, conferir e atestar as notas fiscais / documentos de cobrança, acompanhadas de cópia dos comprovantes de depósito de pagamento de salários, férias, benefícios, relatório eletrônico da Folha de Ponto, recolhimento do Patronal e GPS, a GFIP emitida por tomador de serviço, etc. Os documentos deverão ser correspondentes aos mês da última competência vencida e compatível com o efetivo declarado;
- 11.15. Exigir, sempre que necessário e/ou quando da inclusão de novos funcionários, a respectiva Carteira Profissional para comprovar o registro da função profissional dos empregados alocados para o serviço;
- 11.16. Verificar e exigir a execução dos serviços estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.17. Promover reuniões com o(s) representante(s) da CONTRATADA definindo procedimentos para o perfeito desenvolvimento dos trabalhos;
- 11.18. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais;
- 11.19. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução do serviço contratado;
- 11.20. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

## **12. Condições Gerais**

- 12.5. Reserva-se à CONTRATANTE o direito de impugnar a qualquer tempo, aqueles que, a seu juízo, não preencham os requisitos exigíveis para o desempenho dos serviços pertinentes;
- 12.6. A CONTRATANTE convocará o interessado para comparecer a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação para assinatura, munidos dos documentos pessoais e documentos que comprovem ser o representante legal da CONTRATADA, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993;
- 12.7. Quando do início das atividades a CONTRATADA apresentará atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da CONTRATANTE, assim como apresentar planilha resumo devidamente preenchida contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, CPF, data de admissão, função exercida, local de trabalho, salário, gratificações, vale transporte, auxílio alimentação, horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras (modelo Anexo I do Termo de Referência);
- 12.8. A CONTRATADA deve manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE,



bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma.

### **13. Pagamento**

13.1 O pagamento será efetuado em consonância com as regras previstas no Anexo XI, da IN nº 05/2017.

### **14. Da Fiscalização Técnica e Administrativa**

14.1 Na fiscalização técnica e administrativa dos contratos deverá ser observado o disposto no Anexo VIII, da IN nº 05/2017.

### **15. Planilhas de custos e formação de preços**

15.1 Tendo em vista as peculiaridades da contratação ora proposta, faz-se essencial os seguintes esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas empresas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:

15.1.1 Para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços dos postos de serviços envolvidos na contratação, deverá ser considerado como base de cálculo para definição salarial o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas, estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 sendo atualizado, anualmente, no mês de janeiro.

15.1.2 As licitantes deverão, ao apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços, considerar que a base de cálculo para definição salarial terá como referência o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas, estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 sendo atualizado, anualmente, no mês de janeiro.

15.1.2.1 Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.

15.1.3 Cabe a licitante indicar em sua proposta a convenção coletiva de trabalho do Sindicato a que na categoria de trabalhadores estiver vinculada, devendo também fornecer à contratante todas as alterações posteriores que o instrumento coletivo vier a sofrer, enquanto perdurar o contrato.

15.1.4 Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora.

15.1.4.1 Ainda que, em acordo ou convenção coletiva da categoria, haja previsão de reajuste escalonado de salários, a CONTRATADA aplicará aos salários dos empregados que prestarão serviços à UFSM os mesmo índices concedidos na

repactuação contratual, independente da data de admissão do empregado nos quadros da CONTRATADA.

15.1.5 A CONTRATADA deverá corrigir os salários de cada empregado conforme estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 que prevê a atualização do piso nacional do magistérios, anualmente, no mês de janeiro.

15.2 A LICITANTE detentora do melhor lance deverá apresentar, quando convocada pelo pregoeiro, as Planilhas de Custos e Formação de Preços, com os respectivos valores, conforme modelo definido na IN 05/2017 as quais serão encaminhadas para o anexo do sistema, no horário estabelecido pelo pregoeiro da UFSM.

15.3 As Planilhas de Custos e Formação de Preços deverão conter todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto da licitação, como as relacionadas abaixo, e quaisquer outras que, embora não citadas aqui ou não listadas no modelo de planilha apresentado, venham, efetivamente, a incidir sobre o objeto licitado:

I - A base de cálculo para definição salarial terá como referência o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas, estabelecido pela Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 sendo atualizado, anualmente, no mês de janeiro;

II - Valor dos encargos sociais e trabalhistas incidentes, respeitada a legislação pertinente;

III - Custos dos insumos, assim entendidos os custos decorrentes de materiais e equipamentos efetivamente utilizados na prestação dos serviços, bem como de benefícios oferecidos aos empregados, por exemplo, vale-transporte, alimentação, seguro de vida e saúde, etc;

IV - Custos administrativos e lucros, calculados como percentuais aplicados sobre os custos diretos.

15.4. Considerando que o calendário da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA acompanha o calendário letivo da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, não haverá provisão de reposição de funcionários para o período de férias pois as mesmas deverão ser concedidas durante o período de recesso escolar, coletivamente, divididas em dois períodos: 20 dias entre os meses de janeiro e fevereiro e 10 dias no mês de julho, salvo em situações de reposição de aulas por motivo de greve e paralisações, esses meses de férias poderão ser alterados. Diante do exposto, considerando que não haverá substituição de profissionais no período de férias, ressalta-se que não deverá constar na planilha de formação de preços valores referentes a esta substituição.

## **16. Das Sanções Administrativas**

16.1. A CONTRATADA será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5

(cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da multa de 10 % sobre o valor adjudicado para quaisquer das condutas abaixo e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- 1) Apresentar documentação falsa;
- 2) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 3) Falhar na execução do contrato;
- 4) Fraudar na execução do contrato;
- 5) Comportar-se de modo inidôneo;
- 6) Fizer declaração falsa; e
- 7) Cometer fraude fiscal.

16.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- 1) advertência;
- 2) Multa de:
  - a) 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, após o prazo definido no subitem 8.31 deste termo de referência, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - b) 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - c) 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - d) em caso de descumprimento das obrigações assumidas que não estejam compreendidas nas alíneas anteriores, a multa será aplicada de acordo com a gravidade da infração (Tabela 1), fazendo-se a graduação constante na Tabela 2:

**TABELA 01**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
<b>01</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	<b>06</b>
<b>02</b>	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso de fortuito, ou serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	<b>06</b>
<b>03</b>	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	<b>06</b>
<b>04</b>	Permitir a presença de empregado mau apresentado por empregado e por ocorrência;	<b>01</b>
<b>05</b>	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	<b>05</b>
	Para os itens a seguir, deixar de:	
<b>06</b>	Zelar pelas instalações da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM utilizadas, por item e por dia;	<b>03</b>
<b>07</b>	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia;	<b>04</b>
<b>08</b>	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	<b>05</b>
<b>09</b>	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	<b>06</b>
<b>10</b>	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	<b>06</b>
<b>11</b>	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, ou de entregar os vales-transportes e/ou ticket-refeição nas datas avençadas, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia e por ocorrência;	<b>06</b>
<b>12</b>	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência/Edital e seus Anexos não previsto nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	<b>03</b>
<b>13</b>	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência/Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multa, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	<b>04</b>

**TABELA 02**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
<b>01</b>	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
<b>02</b>	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
<b>03</b>	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato

<b>04</b>	1,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
<b>05</b>	1,6 % por dia sobre o valor mensal do contrato
<b>06</b>	2,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

#### ANEXO IV

Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto

#### AUTORIZAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_ autoriza, no caso de bloqueio para movimentação da Conta-Depósito Vinculada, a UFSM a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, em atendimento ao que preconiza a alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

**ANEXO V**

**MODELO TERMO DE VISTORIA**

Ministério da Educação  
Universidade Federal de Santa Maria

**DECLARAÇÃO DE VISITA**

Declaro que o Sr(a). \_\_\_\_\_ (Nome completo), \_\_\_\_\_  
(cargo), da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, vistoriou os locais  
referentes ao Pregão Eletrônico ...../2017-UFSM.

Santa Maria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Nome do responsável da UFSM  
Matrícula Siape  
**Ou** Carimbo

OBS: entregar uma via original para empresa

## ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2014

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM E O BANCO BRASIL S/A, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO “DEPÓSITO EM GARANTIA”, VINCULADO A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MP Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.**

A **UNIÃO**, por intermédio da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM, com sede na Av. Roraima, nº 1.000, Bairro Camobi, em Santa Maria – RS, CEP 97.105-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.591.764/0001-05, neste ato representado pelo Vice-reitor, Senhor PAULO BAYARD DIAS GONÇALVES, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1018741866, expedida pela SSP-RS e do CPF nº 205.995.950-00, nomeado pela Portaria nº 68721, de 23/12/2013, publicada no D.O.U. de 24/12/2013, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e o **BANCO DO BRASIL S/A**, Agência 1484 - Dr. Mariano da Rocha, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/4304-47, estabelecido na Av. Roraima s/n, Campus UFSM, Camobi, em Santa Maria – RS, CEP 97.105-900, neste ato representado pelo seu Gerente Geral Sr. PAULO ANDRÉ ANVERSA, brasileiro, casado, Identidade nº 3029066631, SJS/RS, CPF nº 523.677.030-00, doravante denominado **BANCO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para gerenciamento de depósitos para Garantias de Contratos Administrativos, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores, por meio do denominado **DEPÓSITO EM GARANTIA**, e das demais normas pertinentes, mediante as seguintes condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
3. **Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
4. **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** – são depósitos efetuados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras a serem provisionados às empresas contratadas para prestação



de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na forma da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2 de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores.

**5. Contratos** – instrumento formalizador do vínculo entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços** materializado pelo sistema do **BANCO** por um “Evento” o qual possibilita à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a individualização dos depósitos e a gestão de cada contrato.

**6. Evento** - é a representação no sistema do **BANCO** do Contrato entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços**, onde é abrigado o **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**.

**7. Usuário(s)** - servidor(es) da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.

**8. Administração Pública Federal** - Administração Direta e Indireta da União, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

**9. ID Depósito:** é o número que identifica o pré-cadastramento do **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**, que dará origem ao depósito após o envio dos recursos pelo depositante.

## **CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo **BANCO**, dos critérios para abertura de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, bem como viabilizar o acesso da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aos saldos e extratos de todos os “Eventos”.

**1.** Os **Contratos** firmados entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e a empresa terceirizada serão albergados pelo **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

**2.** O **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** será destinado, exclusivamente, para recebimento dos recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

**3.** Os recursos depositados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** serão individualizados em Eventos específicos, abertas para cada contrato administrativo firmado com seus prestadores de serviços.

**4.** A movimentação ou encerramento do Depósito em Garantia se dará unicamente mediante ordem expressa da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e eventual saldo existente será debitado visando à destinação definida pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

**5.** Os recursos provisionados em **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** - serão corrigidos automaticamente, pelo **BANCO**, conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma pró-rata die, ou outro índice que venha a substituí-lo.

## **CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL**

A abertura, captação e movimentação dos recursos dar-se-á conforme o fluxo operacional a seguir:

- 1º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** firma o **Contrato** com o **Prestador de serviços**.
- 2º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de Despesas ou do servidor previamente designado por este, envia ao **BANCO** ofício, na forma do Anexo I do presente Termo, solicitando o cadastramento de Evento específico para acolhimento do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, que serão efetuados como provisionamento, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2 de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores.
- 3º) Após cadastramento do Evento, o **BANCO** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo II, solicitando o comparecimento do **Prestador de Serviços** para assinatura do contrato e entrega de documentação.
- 4º) Após assinatura do contrato pelo **Prestador de Serviços**, o **BANCO** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo III do presente Termo informando os dados do Evento cadastrado.
- 5º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** solicita o ID Depósito à sua agência de relacionamento.
- 6º) De posse do ID Depósito, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** envia ao **BANCO** Ordem Bancária para abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
- 6.1) Após geração do primeiro ID Depósito, novos depósitos para um mesmo Evento podem ser realizados da seguinte forma:
- 6.1.1) Para que os recursos sejam depositados no mesmo **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação** (depósito em continuação): utilize o ID Depósito do primeiro depósito ou o número do **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação** para geração de novo ID Depósito;
- 6.1.2) Para que os recursos sejam depositados em **Depósito em Garantia – bloqueados para movimentação** distintos: gere um novo ID Depósito para cada depósito utilizando a opção “primeiro depósito”.
- 7º) O **BANCO** recebe a Ordem Bancária transmitida via arquivo pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e efetua a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
- 8º) O **BANCO** envia à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** arquivo retorno em leiaute específico, contendo o número do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.
- 9º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de despesa ou do servidor previamente designado por este, solicita ao **BANCO** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Termo.
- 10) O **BANCO** acata solicitação de movimentação financeira efetuada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Termo.
- 11) O **BANCO** disponibiliza à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

#### **CLÁUSULA QUARTA** **DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

À **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do **BANCO**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o **BANCO**, para amparar a utilização do aplicativo Autoatendimento Setor Público para consulta dos saldos/extratos pela internet.

2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, servidores para os quais o **BANCO** concederá acesso aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento, com poderes para efetuarem consultas aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
3. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando o cadastramento do Evento que abrigará o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
4. Remeter ao **BANCO** arquivos de Ordem Bancária em leiaute específico, para a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
5. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando a movimentação de recursos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do **Prestador de Serviços**.
6. Comunicar ao **Prestador de Serviços**, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, orientando-o a comparecer à Agência do **BANCO**, para providenciar entrega de documentos e assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável.
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
13. Comunicar tempestivamente ao **BANCO** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do **BANCO** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Autoatendimento.
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do **BANCO**.
16. Inserir no edital de licitação e no contrato de prestação de serviços entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o Prestador de Serviços que a abertura e manutenção de **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**, estão sujeitos à cobrança de tarifas bancárias, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixada nas agências do **BANCO** e disponível no endereço eletrônico na internet: [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

**Parágrafo Único:** A isenção da cobrança de tarifas bancárias poderá ser negociada entre os Partícipes.

## **CLÁUSULA QUINTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO**

Ao **BANCO** compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Autoatendimento à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
2. Gerar e fornecer chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**, por intermédio dos sistemas de Autoatendimento ou por outro meio de comunicação utilizado pelo **BANCO**.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Termo.
5. Processar os arquivos remetidos pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** destinados a abrir **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
6. Gerar e encaminhar via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado da abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
7. Efetuar a movimentação do **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do **Prestador de Serviços**, de acordo com o solicitado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
8. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Termo.
9. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

**Parágrafo Único:** Não caberá ao **BANCO** qualquer responsabilidade além daquelas expressamente delimitadas neste Termo, ficando desde já ajustado que o **BANCO** não tem ingerência no processo de contratação administrativa de interesse da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e que não decorrerão para o **BANCO** quaisquer obrigações que não estejam previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

## **CLÁUSULA SÉTIMA DA PUBLICAÇÃO**

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

## **CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES**

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo de Aditamento, celebrado entre os Partícipes, passando esse termo a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

#### **CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO**

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

#### **CLÁUSULA DEZ DO FORO**

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal de Santa Maria/RS.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Santa Maria, 17 de novembro de 2014.

Assinatura do representante da  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Assinatura do representante do **BANCO**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

#### **TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**ANEXO I DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2014**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

A(o) Senhor(a) Gerente  
(nome do gerente)  
(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado com essa instituição, para solicitar que promova o cadastramento de Evento, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** com o prestador de serviço abaixo especificado:

CNPJ: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Personalizado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Dados do Evento:

Nome do Evento: \_\_\_\_\_

Descrição do Evento: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor  
previamente designado pelo Ordenador

**ANEXO II DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2014**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Senhor \_\_\_\_\_,  
(nome do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**)

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_, solicitamos que o representante legal da Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, compareça à agência \_\_\_\_\_ (indicar agência) do Banco do Brasil munida da documentação abaixo listada para assinar o contrato de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ao amparo da Instrução Normativa nº 02, de 30.04.2008.

- a) Atos constitutivos em vigor e alterações posteriores registrados, na forma da Lei, na autoridade competente.
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- c) No caso de representantes, mandatários ou prepostos, documentos que os qualifiquem e os autorizem a representar a Empresa.
- d) Documentos de identificação e comprovante de inscrição no CPF das pessoas autorizadas a representar a Empresa (sócios, representantes, mandatários ou prepostos).
- e) Comprovante de endereço da empresa.
- f) Procurações ou outros documentos que confirmem poderes para representar a Empresa

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)  
Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor  
Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**  
Endereço

**ANEXO III DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2014**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Senhor,

Informamos abaixo os dados para geração de ID Depósito para acolhimento de valores referentes ao **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** com o **Prestador de Serviços** \_\_\_\_\_ (Nome da Empresa), CNPJ \_\_\_\_\_.

Tipo de Garantia: 0001 – Contratos Administrativos

Número do Evento: \_\_\_\_\_

Nome do Evento: \_\_\_\_\_

Ratificamos que o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** somente será aberto após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)  
Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Endereço



**ANEXO IV DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2014**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

A(o) Senhor(a) Gerente

*(nome do gerente)*

*(endereço da agência com CEP)*

Senhor Gerente,

Solicito **DEBITAR**, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ \_\_\_\_\_ do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** nº \_\_\_\_\_, do Evento nº \_\_\_\_\_ aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e **CREDITAR** a(s) conta(s) conforme dados a seguir:

Banco	Agência	Conta	Nome	CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**  
ou do servidor previamente designado pelo Ordenador

## ANEXO V DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2014

Ofício/Carta nº \_\_\_\_\_ (número sequencial)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Senhor \_\_\_\_\_,  
(nome do representante do órgão/entidade)

Em atenção ao seu Ofício nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_, informo a efetivação de **DEBITO** no **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** nº \_\_\_\_\_, Evento nº \_\_\_\_\_ e **CRÉDITO** nas seguintes contas:

Banco	Agência	Conta	Nome	CNPJ

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(nome do Gerente)  
Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Endereço

## ANEXO VI DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2014

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

A(o) Senhor(a) Gerente

*(nome do gerente)*

*(endereço da agência com CEP)*

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso, aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento do **BANCO** para consulta de saldos e extratos de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, para os servidores a seguir indicados:

Nome	CPF	Poderes

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor  
previamente designado pelo Ordenador

**ANEXO VII DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2014**

Ofício nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

A(o) Senhor(a)

*(nome do Proprietário da empresa contratada pelo órgão/entidade)*

*(endereço da empresa com CEP)*

Senhor Sócio Proprietário,

Informo que solicitamos a abertura de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** na Agência nº \_\_\_\_\_ do Banco do Brasil, para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, firmado entre essa empresa e este órgão/entidade.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo Banco.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula \_\_\_\_\_ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor  
previamente designado pelo Ordenador